

Medidas para o CMN estão quase prontas

O Conselho Monetário Nacional (CMN) reúne-se provavelmente na próxima quarta-feira para apreciar o pacote de medidas antiinflação que vai ao presidente Figueiredo na segunda-feira. Embora oficialmente a reunião não esteja marcada, a secretaria do CMN já está preparando uma pauta que incluirá cerca de quinze medidas, de acordo com técnicos que vêm acompanhando a preparação no Banco Central.

Os principais itens são:

1) Retirada gradual dos subsídios ao trigo, açúcar e derivados de petróleo. **Consequências:** maiores aumentos de preços para o consumidor, redução dos gastos públicos.

2) Aumento das taxas ou apenas redução do percentual subsidiado nos financiamentos rurais para os médios e grandes produtores. **Consequências:** aumento nos preços de produtos agrícolas, corte nos gastos públicos com subsídios implícitos no crédito (com consequente redução da inflação).

3) Aumento das taxas favorecidas para o crédito à exportação, atualmente em 40% na maioria dos casos. **Consequências:** maiores custos de produção de exportáveis, redução nos gastos públicos.

4) Criação de um seguro para a exportação, a exemplo do Proagro para a agricultura. **Consequência:**

cobrança de uma taxa sobre as operações de crédito para a área, eliminação dos riscos com exportações para países com dificuldades cambiais.

5) Redução ou eliminação do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), com exceção da alíquota que incide sobre importações e aquisições de moeda estrangeira. **Consequência:** queda nas taxas de juros, menor arrecadação fiscal nessa área, alguma reativação econômica.

6) Extinção do limite de expansão do crédito para o sistema financeiro privado, com alguma liberação para bancos estaduais e manutenção da contenção orçamentária para o Banco do Brasil etc. **Consequências:** maior volume de crédito disponível na rede bancária a partir de julho, maior expansão monetária, menores taxas de juros.

7) Aumento das taxas favorecidas nos empréstimos à pequena e média empresa, para acompanhar a inflação. **Consequências:** menores gastos com subsídios, maiores custos financeiros para as empresas.

8) Alteração na divisão de responsabilidades entre as duas autoridades monetárias (Banco Central e Banco do Brasil). **Consequência:** um passo no sentido de separar as contas do Banco do Brasil das contas do

país.

9) Aumento de 3% no Imposto de Renda na fonte para as aplicações de pessoas físicas e jurídicas no **open market**. **Consequências:** desestímulos à especulação financeira, maior incentivo aos depósitos em cadernetas de poupança.

10) Antecipação para este ano do pagamento do Imposto de Renda das instituições financeiras, que seria pago em 1984. **Consequências:** diminuição dos lucros bancários, aumento da arrecadação do IR.

Outras medidas em estudo, que ainda não têm uma definição, incluem o aumento da cobrança do Imposto de Renda sobre ganhos de correntes de aplicações financeiras em geral, e, talvez, de trabalho assalariado; e a eliminação dos aumentos de preços (decorrentes do pacote) do cálculo do INPC e da correção monetária, dando início ao processo de "desindexação gradal" da economia.

Além destas providências, o governo anunciará também a eliminação de uma série de vantagens salariais dos funcionários de estatais, bem como a substituição dos presidentes dos conselhos de administração destas empresas pelos ministros da respectiva área, além de cortes nos investimentos programados para este ano.